

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Segurança Alimentar**  
**Período de Análise: abril de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

|                                                                                                                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Países de aluguel</b> – Lívia Andrade – Dinheiro Rural – Abril de 2009-04-27 .....                                                                                     | 3  |
| <b>Nordeste: pesquisa apontará produtos da agricultura familiar para alimentação nas escolas</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 01/04/2009 .....                             | 4  |
| <b>FAO alerta para possibilidade de uma nova crise alimentar</b> – Sítio eletrônico do MST – 01/04/2009 .....                                                             | 6  |
| <b>FAO alerta para uma nova crise alimentar</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 01/04/2009 .....                                                       | 7  |
| <b>Crises superpostas: o pior dos mundos</b> – José Graziano da Silva – Valor Econômico – Colunistas – 08/04/2009 .....                                                   | 7  |
| <b>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) leva orgânicos à mesa dos brasileiros mais necessitados</b> – sítio eletrônico do MDS – 13/04/2009 .....                      | 10 |
| <b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anuncia recursos para Municípios na área de segurança alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 15/04/2009 ..... | 12 |
| <b>Salada do brasileiro é feita de agrotóxico</b> – O Globo – Capa – 16/04/2009 .....                                                                                     | 15 |
| <b>Perigo à mesa do brasileiro</b> - Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 16/04/2009 .....                                                                           | 15 |
| <b>Preços iniciam abril em baixa no campo em SP</b> – Valor Econômico – Agronegócio – 16/04/2009 .....                                                                    | 17 |
| <b>G-8 agrícola começa sem o primeiro escalão do Brasil</b> – Valor Econômico – Internacional – 17/04/2009 .....                                                          | 17 |
| <b>Reunião do G-8 termina em mal-estar com os emergentes</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/04/2009 .....                                 | 20 |
| <b>Para G8, meta de redução da fome está longe</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/04/2009 .....                                                                     | 22 |
| <b>Reunião do G-8 alerta o Brasil sobre pressão em etanol e carne</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 22/04/2009 .....                                | 22 |
| <b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome investe R\$ 1,5 milhão em projetos de educação alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 23/04/2009 .....        | 24 |
| <b>MDS libera mais R\$ 14,8 milhões para Estados investirem em segurança alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 28/04/2009 .....                                       | 26 |
| <b>Embrapa contribuirá para que o Brasil seja o maior produtor de alimentos do mundo</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 30/04/2009 .....                                     | 27 |
| <b>Países discutem ética na compra de terras</b> – Javier Blas – Valor Econômico – Internacional – 30/04/2009 .....                                                       | 28 |

## **Países de aluguel** – Lívia Andrade – Dinheiro Rural – Abril de 2009-04-27

O temor de uma escassez de alimentos está levando nações como Catar e Coreia do Sul a arrendar terras em países em desenvolvimento

O revés do mercado de alimentos no início do ano passado deixou muitos países com receio de uma futura crise de abastecimento interno. Essa preocupação tem levado nações como Catar e Coreia do Sul a tomar a decisão de arrendar terras em países em desenvolvimento, medida que tem causado polêmica. Um dos argumentos contrários à iniciativa veio do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Jacques Diouf. Ele tem chamado o movimento de "neo colonialismo", por temer que tal resolução transforme os países pobres em fornecedores de alimentos para as nações ricas, em detrimento de sua própria população faminta. O primeiro arrendamento foi feito, em novembro do ano passado, pelo conglomerado sul-coreano Daewoo na ilha africana de Madagascar. O contrato é de 99 anos e a área é de 900 mil hectares, o equivalente a metade do território belga. A meta sul-coreana é produzir cinco milhões de toneladas de milho por ano e ter 120 mil hectares de palma dentro de 15 anos. Se o plano se concretizar, a Coreia do Sul se tornará bem menos dependente das importações, já que a quantidade de milho prevista representa mais da metade do que o país importa do cereal anualmente. Para isso, o país deve desembolsar U\$ 6 bilhões nos primeiros 20 anos, pagamento que irá custear portos, rodovias, sistemas de irrigação, implantação da lavoura, bem como a construção de escolas e hospitais para os locais.

O Catar, pequeno Estado independente localizado na Península Arábica, também quer trilhar o mesmo caminho. Por estar em uma região petrolífera, o gás natural e o petróleo dominam 85% das exportações do Catar, que tem uma das maiores rendas per capita do mundo. No entanto, o Estado importa quase toda comida que consome, já que apenas 1% de seu território são áreas com aptidão para a agricultura. Este contexto levou a decisão de arrendar 40 mil hectares de terras agricultáveis no Quênia, que seriam usadas para produção de hortaliças e frutas. Segundo o presidente queniano, Mwai Kibaki, a região que o Catar tem interesse é o delta do rio Tana, que contabiliza 500 mil hectares de terras não cultivadas e se situa ao sul da ilha de Lamu. **Para Diouf, a grande controvérsia é a possibilidade de estes arrendamentos criarem ilhas de pobreza, locais muito prósperos em contraste com outros paupérrimos.** Há motivos para a preocupação, afinal no Quênia as terras férteis não estão igualmente distribuídas. Além disso, o país teve problemas com a alta do preço dos alimentos no ano passado, o que obrigou o governo a subsidiar o preço do milho. "Um negócio desse, de uma nação comprar terras em um outro país, não seria interessante para o Brasil, mas pode ser para o Quênia. Se o país for capaz de fazer uma troca que beneficie a população", comenta André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). É esse o pensamento das autoridades quenianas. **"Nada vem de graça. Se quisermos pessoas**

**investindo em nosso país, teremos que fazer concessões", comentou Isaiah Kabira, porta-voz da presidência do Quênia.** A contrapartida neste caso seria o investimento de 2,4 bilhões de libras em um porto na ilha turística de Lamu e também em um segundo porto, complemento do porto de Mombasa. O primeiro tem o início da obra previsto para 2010.

A China é outra nação que está de olho em terras agricultáveis em outros países. Embora tenha um vasto território, seus recursos dricos estão ficando escassos. Tanto é que seu ministro da Agricultura está incentivando as empresas a comprar fazendas em outras nações. **Já houve uma tentativa no Laos; os chineses queriam três milhões de hectares, mas o país asiático não assinou o contrato.** No entanto, no ano passado, a China firmou um tratado de cooperação com o Sudão para construir uma espécie de fazenda piloto em terras africanas. Além disso, os chineses têm manifestado interesse em fazendas de soja no Brasil, já que a oleaginosa é o carrochefe das importações. Os Emirados Árabes também têm divulgado planos de investir em plantações de arroz na Indonésia, mas ainda não há nada de concreto.

No contexto brasileiro, Nassar não é contra o investimento estrangeiro. "Aqui há vários grupos privados formando empresas agrícolas. Eles vieram por entender que o Brasil é uma ótima oportunidade de negócio. Isso está acontecendo no Brasil e em países do Leste Europeu, locais que têm uma infraestrutura mínima", diz. O professor do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp, Antônio Márcio Buainain, é da mesma opinião. "Desde que haja regras, não há problemas, pelo contrário. Devíamos usar plenamente este potencial de atrair investimentos", finaliza.

#### **Nordeste: pesquisa apontará produtos da agricultura familiar para alimentação nas escolas – Sítio Eletrônico do MDA – 01/04/2009**

Uma pesquisa irá levantar os produtos regionais da agricultura familiar e da sociobiodiversidade do Nordeste que possam ser utilizados na alimentação servida aos estudantes das escolas públicas da região. O estudo vai também propor sugestões de cardápios e fazer uma análise nutricional desses produtos.

Para discutir os detalhes da execução da pesquisa, a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), em parceria com a Cooperação Técnica Alemã GTZ, realizará uma oficina na próxima quinta-feira (2) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal.

Encomendada pela SAF/MDA e GTZ, a pesquisa será realizada por uma equipe de professores do Departamento de Nutrição da UFRN. A expectativa é de que seja concluída no final de maio deste ano.

O técnico da SAF Luiz Humberto da Silva explica que, com a pesquisa em mãos, o próximo passo será discutir com representantes da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o incentivo aos agricultores familiares para qualificação dos seus produtos.

“É importante que os cardápios tenham qualidade nutricional de acordo com as necessidades dos alunos, que os produtos tenham preço justo para a aquisição pelas prefeituras e que, também, essa experiência seja uma oportunidade de comercialização para os agricultores familiares”, diz.

Silva acrescenta que a proposta é que o novo cardápio seja implementado por meio da conscientização e capacitação de nutricionistas e servidores dos municípios nordestinos.

## **Alimentação**

## **escolar**

No final de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória (MP) 455, que determina que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam utilizados para compra de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

Segundo Luiz Humberto, estima-se que mais de R\$ 600 milhões serão utilizados pelo FNDE para alimentação escolar no Nordeste, atendendo 14 milhões de alunos. Considerando que a aquisição mínima é de 30%, como determina a MP, cerca de R\$ 197 milhões serão aplicados com a compra de produtos da agricultura familiar, beneficiando aproximadamente 80 mil agricultores nordestinos.

De acordo com o FNDE, os principais produtos a serem adquiridos em maior escala são: feijão, arroz, carnes em geral, tomate, frutas diversas, açúcar, cenoura, cebola, alho e leite bovino. Em todos esses produtos, a agricultura familiar tem participação predominante ou significativa, já que o setor responde pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Entre os principais itens desse segmento produtivo estão mandioca (84%); cebola (72%); frango (70%); alface (69%), feijão (67%); banana (58%); caju (61%); suíno (60%); leite (56%); melancia (55%); abacaxi, (52%); tomate (49%); milho (49%); uva (47%) e batata (44%).

**FAO alerta para possibilidade de uma nova crise alimentar** – Sítio eletrônico do MST –  
01/04/2009

A Agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) alerta para uma nova crise alimentar global, na medida em que a produção agrícola de alimentos não está sendo ampliada.

Em linha com a FAO, Peter Brabeck, presidente do conselho de administração da Nestlé, previu que a crise de alimentos "ficará pior" e que os preços de alimentos tendem a subir este ano, diante da alta da demanda, entre 3% e 4%.

"A situação está ficando muito perigosa", disse Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, num seminário em Bancoc (Tailândia). A agência da ONU projeta declínio na produção global de cereais este ano devido ao menor plantio e condições meteorológicas ruins, deixando 32 países precisando de assistência.

Em 2007 e 2008, as cotações de produtos como milho, arroz e outros grãos bateram recordes. Com a crise financeira global e menos especulação nos mercados futuros, os preços de várias commodities diminuíram em um terço.

Ainda assim, segundo Diouf, os custos de grãos estão 27% acima do valor cotado em 2005. Os estoques de alimentos estão baixos. O diretor da FAO considera possível que o número de pessoas mal-alimentadas passe de um bilhão neste ano, na medida em que os preços aumentarem, como previsto.

**Reforma Agrária: mais atual que nunca**

Remando contra a maré, em setembro do ano passado também a FAO admitiu a necessidade de investir na agricultura familiar. Segundo a organização, US\$ 30 bilhões terão de ser investidos por ano para dobrar a produção de alimentos, ajudar os pequenos produtores, tornar os alimentos acessíveis e reduzir a fome.

No Brasil, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos. Daquilo que chega à mesa dos brasileiros, mais de 60% vem da agricultura familiar. Ela produz 78% do feijão, 84% da mandioca, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 54% do milho, 60% do trigo e 40% de aves e ovos.

**FAO alerta para uma nova crise alimentar** – Assis Moreira – Valor Econômico –  
Agronegócios – 01/04/2009

A Agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) alerta para uma nova crise alimentar global, na medida em que a produção agrícola não está sendo ampliada por falta de crédito aos agricultores.

Em linha com a FAO, Peter Brabeck, presidente do conselho de administração da Nestlé, previu que a crise de alimentos "ficará pior" e que os preços de alimentos tendem a subir este ano, diante da alta da demanda, entre 3% e 4%.

"A situação está ficando muito perigosa", disse Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, num seminário em Bancoc (Tailândia). A agência da ONU projeta declínio na produção global de cereais este ano devido ao menor plantio e condições meteorológicas ruins, deixando 32 países precisando de assistência.

Em 2007 e 2008, as cotações de produtos como milho, arroz e outros grãos bateram recordes. Com a crise financeira global e menos especulação nos mercados futuros, os preços de várias commodities recuaram em um terço.

Ainda assim, segundo Diouf, os custos de grãos estão 27% acima de 2005. Os estoques de alimentos estão baixos. O diretor da FAO considera possível que o número de pessoas mal-alimentadas passará de 1 bilhão este ano, na medida em que os preços aumentarem, como previsto. A FAO conclamou a comunidade internacional a gastar US\$ 30 bilhões para ajudar países pobres a reforçar a produção agrícola.

A China é um dos países que estão investindo fortemente na agricultura, dando subsídios para melhorar a produção e garantir segurança alimentar.

**Crises superpostas: o pior dos mundos** – José Graziano da Silva – Valor Econômico –  
Colunistas – 08/04/2009

De crise em crise, o total de pessoas em fome no mundo aumentou 115 milhões entre 2005 e 2008. Atualmente, uma em cada seis pessoas no mundo são subnutridas.

Quando os preços dos alimentos começaram a subir com força em 2006, a FAO alertou para o risco às famílias mais pobres, mas também identificamos uma oportunidade: estimular a produção da agricultura familiar, aumentando a produção e a renda das famílias agrícolas que vivem nas áreas rurais.

Essa era a saída virtuosa para a crise, apoiada no crescimento econômico, da renda e mantendo a demanda por alimentos. No entanto, a falta de uma estrutura de suporte à atividade agrícola adequada na maioria dos países em desenvolvimento impediu uma reação ao estímulo dos preços altos.

Enquanto os agricultores nos países desenvolvidos aumentaram em 12,3% a produção de cereais em 2008/2009 comparados com a safra anterior, nos países em desenvolvimento a produção só subiu 2,3%. Se excluirmos Brasil, China e Índia, constatamos uma queda na produção desse grupo.

Quando começávamos a ensaiar uma reação, ainda que tardia, ao estímulo da alta dos preços, veio a crise financeira e econômica, com fortes impactos na redução do crescimento, emprego, renda e consumo. Ou seja, os elementos que permitiram uma saída virtuosa à crise dos preços já não existiam.

Com a queda no consumo corrente e da expectativa da demanda futura de matérias primas, um dos primeiros preços a cair foram os das commodities (que balizam o preço dos produtos no mercado internacional que é a referência para o que se paga ao produtor). É uma notícia ruim para o produtor que plantou quando os custos de produção eram mais altos porque o retorno esperado com a venda de alimentos era também mais alto.

Entre 2005 e 2008, o índice de preços internacionais dos alimentos da FAO subiu de 115 para 191 pontos. Os 214 pontos atingidos em junho do ano passado foram o pico. Embora o índice tenha caído nos últimos meses, ele continua 22% acima que em 2005, e essa queda ainda não se transmitiu aos consumidores integralmente.

Entre fevereiro de 2008 e fevereiro de 2009 o índice de preços caiu 45%, de 209 para 114 pontos. No período, os preços dos alimentos ao consumidor na América Latina e Caribe subiram, em média, 11,3%, enquanto a inflação geral foi de 7,5%. A superposição da crise dos preços e das crises econômica e financeira nos colocou portanto no pior dos dois mundos: preços baixos para o produtor e preços ainda altos para o consumidor.

Não deveríamos nos espantar com o fato de que a América Latina e Caribe, a região mais desigual do mundo, também seja a mais afetada por essa sucessão de crises, segundo as estimativas a partir dos dados mais recentes da FAO.

A alta dos preços dos alimentos, queda no emprego e na renda nos atingem justamente no nosso ponto mais fraco: a desigualdade no acesso aos alimentos. Nesse momento, com as crises superpostas, precisamos redobrar os esforços para proteger os mais pobres. Isso é um desafio para os países da região, dada a pouca margem fiscal para fortalecer as políticas sociais na crise, quando enfrentam queda da arrecadação de impostos.



Equilibrar a escassez de recursos fiscais e as demandas existentes não é um exercício fácil, mas é no momento mais agudo da crise que precisamos encontrar saídas.

Na América Latina e Caribe ela passa, necessariamente, pela proteção dos consumidores mais pobres e pequenos produtores, os dois extremos mais afetados pela crise.

Para a agricultura, é preciso apoiar a produção e proteger a colheita atual, garantindo crédito para a comercialização e mercados para os produtos através de sistemas de compras públicas.

Se essas compras estiverem voltadas para abastecer programas sociais, como a merenda escolar, e puderem ser feitas de produtores locais para estimular as economias locais, ainda melhor. O Brasil já tem políticas públicas com esses objetivos, mas é uma das poucas exceções entre os países em desenvolvimento.

Em mais de 20 países da América Central e do Caribe, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) está apoiando a produção da agricultura familiar através de sua iniciativa para enfrentar a alta dos preços dos alimentos. Em Honduras, as sementes que foram distribuídas aos agricultores familiares foram compradas de pequenos produtores locais.

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) pretendem implantar na América Central, a partir de 2010, o programa Compras para o Progresso, que tem um objetivo similar - comprar dos pequenos agricultores os alimentos a serem distribuídos em seus programas humanitários.

Do lado dos consumidores, é importante estender a cobertura dos programas sociais para garantir que eles continuem capazes de comprar alimentos. Nessa área, diversos países da América Latina e Caribe têm reforçado programas de transferência de renda, entre eles Brasil, Chile, Equador e Guatemala.

Há uma questão de fundo importante que precisa acompanhar o apoio ao pequeno produtor e a ampliação da rede de proteção social aos mais pobres. Essas ações não podem ser vistas como favores, mas como parte de um esforço mais amplo para garantir um direito humano fundamental: o direito à alimentação. E para ser exigível, esse direito precisa ser amparado por lei, como acontece no Brasil e outros quatro países da região.

Infelizmente, a maioria dos países da América Latina e Caribe não têm leis que garantam a segurança alimentar e nem mesmo programas de merenda escolar ou de compras de agricultura familiar, que poderiam proteger os mais vulneráveis (as crianças pobres) e assegurar mercados para o pequeno produtor.

Por isso, em 2009, a FAO está apoiando a Frente Parlamentar regional contra a Fome, no marco da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome. No Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, essa frente composta por parlamentares de diversos países da região, da União Europeia e Estados Unidos se reunirá em São Paulo.

Vamos apoiar os esforços dos países a criar um marco jurídico adequado para a segurança alimentar, para que o acesso à alimentação deixe de ser um favor e passe a ser reconhecido como um direito.

**José Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.**

#### **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) leva orgânicos à mesa dos brasileiros mais necessitados – sítio eletrônico do MDS – 13/04/2009**

Os bons exemplos vêm de Municípios como Itapeva (SP), João Pessoa (PB) e Passo Fundo (RS). Em comum, a satisfação dos agricultores participantes e das pessoas beneficiadas, que antes viviam em situação de insegurança alimentar

Alimentos orgânicos são aqueles produzidos levando-se em conta os princípios da ecologia, sem o emprego de fertilizantes ou pesticidas sintéticos. E consumir produtos desse tipo hoje, no Brasil, ainda não está ao alcance de todos. Isso porque o custo de produção é alto e o preço que chega ao consumidor no mercado, idem. No entanto, em algumas regiões do País, uma parte da população socialmente mais vulnerável já tem acesso a esse tipo de alimento em Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, asilos, creches e entidades assistenciais. Isso graças ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e com Estados e Municípios.

É o que acontece em Itapeva (SP), a 270 km da capital, São Paulo. Em 2008, 17 mil pessoas foram beneficiadas com a distribuição de 814 mil quilos de alimentos orgânicos (verduras e hortaliças) às entidades sociais da cidade. Toda a produção veio de 197 agricultores familiares cadastrados no programa. “O PAA é uma ação que deu certo. Conseguiu, ao mesmo tempo, atender o pequeno produtor e as pessoas que vivem em insegurança alimentar”, avalia o secretário da Agricultura de Itapeva, Cassiano Tóffoli.

O PAA começou no Município paulista em 2006. Atualmente o programa é desenvolvido na região em parceria com a Cooperativa de Produtores Orgânicos (Cooperorgânica). O

administrador da Cooperorgânica, Aroldo Chudek, explica que a entidade dá assistência aos agricultores para a produção dos alimentos. “Verificamos que os agricultores têm conseguido aumentar a produção e, conseqüentemente, a renda mensal, fazendo muitos saírem também do risco da miséria”.

De João Pessoa, capital paraibana, vem outro exemplo das positivas mudanças trazidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos. Em 2008, foram doados 154 mil quilos de abóbora, tomate, batata, feijão e hortaliças, para sete associações sociais, que beneficiam 9 mil pessoas. Os produtos foram cultivados por 108 agricultores que aderiram ao PAA.

**Segurança** - O PAA tem trazido maior segurança para os agricultores da capital paraibana. “Antes do programa, comercializávamos a nossa produção só em feiras. Mas era incerto. O produtor voltava para casa, com a produção, frustrado. Agora tem esse programa como mais uma alternativa para nós”, conta Valder Joaquim de Souza, agricultor e diretor da Associação dos Produtores Agroecológicos de João Pessoa (Phort-JP). A associação tem 81 produtores, sendo que 51 comercializam só alimentos orgânicos.

Comercializar produtos orgânicos para o PAA e, por outro lado, beneficiar a comunidade é uma satisfação para os agricultores. Isso é observado em várias regiões do País. E não é diferente em Passo Fundo (RS), onde funciona a Cooperativa Mista de Trabalho Alternativo alimentar (Conalter). Desde 2004, a cooperativa comercializa a produção dos seus associados para o programa. “Só trabalhamos com produtos orgânicos para o PAA e estamos satisfeitos com que é pago e o direcionamento da produção para a comunidade carente”, ressalta Lúcia de Oliveira Ramos, da Conalter.

A cooperativa tem 160 associados. Em 2008, comercializou 280 mil quilos de alimentos para o PAA, produzidos por 90 agricultores. As doações foram para 12 entidades, beneficiando mil pessoas. Os principais produtos são batata inglesa, mandioca, brócolis, feijão, laranja, mandioca, melancia, melão, morango, uva e pêssego. O resto da produção é vendido em feiras ecológicas.

O diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Marcelo Piccin, explica que o PAA tem uma força estruturante das políticas sociais do governo federal e, em especial, do Ministério. “O programa garante o escoamento e a comercialização dos produtos da agricultura familiar e a permanência dos agricultores no meio rural com dignidade. Além disso, fortalece a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e de entidade sócio-assistenciais”, destaca Piccin.

**Início** - O Programa de Aquisição de Alimentos - criado em julho de 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - é desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os recursos liberados pelo MDS são repassados aos Estados e Municípios por meio de convênios. A ação prevê a dispensa de licitação e fixa o teto de compra em R\$ 3,5 mil ao ano, por agricultor e o mesmo valor na produção de leite, por

semestre.

Para se integrar ao PAA, é preciso que os produtores estejam enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Estes alimentos são destinados ao atendimento da demanda das famílias carentes e à recomposição dos estoques estratégicos do Governo Federal.

Em 2008, o PAA recebeu R\$ 445 milhões do MDS, atendendo cerca de oito milhões de pessoas. No mesmo ano, o programa comprou, em média, 468 mil litros de leite por dia (dados novembro/08), em 1.409 Municípios beneficiados, em nove Estados, com a aquisição e/ou distribuição do produto. Desde o início do PAA, o Ministério já investiu R\$ 1,9 bilhão, atendendo a 67 mil produtores.

### **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anuncia recursos para Municípios na área de segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDS – 15/04/2009**

O anúncio foi feito, nesta quarta-feira, pelo ministro Patrus Ananias. No total, os investimentos somam R\$ 704 milhões, para 2009. A verba será repassada, por meio de editais públicos e convênios, a Municípios, Estados e entidades em todo País.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) anunciou, nesta quarta-feira (15/4), investimentos de R\$ 704 milhões, para 2009, na área da segurança alimentar e nutricional. O recurso será repassado, por meio de editais públicos e convênios, a Municípios, Estados e entidades em todo País. Em entrevista coletiva, o ministro Patrus Ananias informou que estão publicados, no Diário Oficial da União de hoje, seis editais públicos direcionados às Prefeituras no valor R\$ 67,7 milhões. Na próxima semana, serão mais R\$ 14,8 milhões para os governos estaduais. Outros 622 milhões compõem o conjunto de ações em andamento para vários programas, que também atendem diretamente os Municípios brasileiros.

As ações vão atender produtores de alimentos, agricultores familiares e consumidores da cidade e do campo, em especial famílias pobres beneficiárias das políticas de desenvolvimento social, como o Bolsa Família e programas de assistência social. “Esses editais que estamos divulgando hoje preveem exatamente ações voltadas para os mais pobres, na perspectiva de assegurar a essas famílias o direito básico fundamental à alimentação”, afirmou Patrus Ananias.

O ministro ressaltou ainda que esses programas fortalecem as ações de geração de trabalho

e distribuição de renda. “Favorecem o acesso das famílias, e até de comunidades inteiras, à alimentação adequada por meio dos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. Com isso, nós estamos dando mais um passo importante para realizarmos aquilo que é o grande sonho do presidente Lula: garantirmos a todos os irmãos brasileiros as três refeições de cada dia.” E acrescentou: “a questão social saiu da periferia, saiu do entorno, e entrou no centro, no núcleo das preocupações e das prioridades do nosso governo.”

**Prefeituras** - Os seis editais dirigidos aos Municípios foram publicados, nesta quarta-feira (15/4), no Diário Oficial da União. Também estão disponibilizados no site do Ministério: [www.mds.gov.br/editais/san2009](http://www.mds.gov.br/editais/san2009). O recurso total será de R\$ 67.181.887,00. São eles:

- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) para abastecimento da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e Feiras);
- Restaurantes Populares para Municípios com mais de 100 mil habitantes;
- Cozinhas Comunitárias em áreas de atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para Municípios com menos de 100 mil habitantes;
- Bancos de Alimentos em Municípios com mais de 100 mil habitantes;
- Cisternas para o consumo humano na região do Semiárido;
- Educação Alimentar e Nutricional na Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centros de Referência de Assistência Social).

Para participar da seleção, os Municípios devem acessar os editais que estão no Portal do MDS na internet ([www.mds.gov.br/editais/san2009](http://www.mds.gov.br/editais/san2009)) e observar os critérios exigidos para cada um dos seis editais. O Ministério adota, em todos os editais, critérios de pontuação que levam em conta a caracterização da realidade socioterritorial e situação de insegurança alimentar das famílias; a capacidade de gestão e integração das políticas de desenvolvimento social e combate à fome e, finalmente, a qualificação da proposta. A contrapartida das Prefeituras varia de 2% a 40%. As propostas devem ser apresentadas a partir da publicação entre 15 de abril e 25 de maio de 2009.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, explica que “uma condição para que os Municípios sejam selecionados é que seja apresentada uma ata do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional aprovando aquela iniciativa. Queremos que o Conselho aprove, conheça e acompanhe. É uma forma de operarmos o

princípio da política, que é a participação e o controle social. É uma das diretrizes da política de segurança alimentar e nutricional.” E completa: “Os gestores vão verificar que jogamos muita pontuação, estamos fazendo uma escolha forte naqueles que já vêm estruturados. Queremos consolidar a rede de equipamentos, a rede de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional nos Municípios e nos Estados.”

**Governos estaduais** - Para os Estados que aderiram ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNPDS) serão quatro editais, que estarão publicados no dia **24 de abril**, no Diário Oficial da União, e também disponibilizados no site do MDS. Neste caso, os recursos totalizam R\$ 14.800.000,00. São eles:

- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA);
- Povos e Comunidades Tradicionais;
- Agricultura Urbana em Regiões Metropolitanas com Estados que possuem Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP);
- Educação Alimentar e Nutricional.

“Queremos que os Estados somem esforços no apoio logístico, na fiscalização, no controle dos nossos programas, que nos ajudem em políticas de qualificação profissional, em geração de trabalho, emprego e renda que possibilitem a emancipação das famílias que estamos atendendo no Brasil”, convocou o ministro Patrus Ananias.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome também investirá, ao longo do ano, R\$ 621.983.055,00 em ações de cooperação e parcerias de segurança alimentar e nutricional realizadas em todo o País. São elas:

- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em todo o Território Nacional;
- Programa de Aquisição de Alimentos / Modalidade Leite na região do Semiárido (Estados do Nordeste e Minas Gerais);
- Projeto Um Milhão de Cisternas em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) na região do Semiárido (Estados do Nordeste e Minas Gerais);
- Projeto “Segunda Água – Quintais Produtivos” em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) em Municípios do Semiárido (Nordeste e Minas Gerais);
- Distribuição de Cestas de Alimentos para populações em situação de risco social em todo o Território Nacional;
- Cooperação e Parcerias para a Melhoria das Condições Econômicas das Famílias;

- Consórcio Municipal para Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar e Nutricional (Consad);
- Restaurantes Populares;
- Cozinhas Comunitárias;
- Bancos de Alimentos, e
- Apoio a projetos de agricultura urbana e Periurbana.

O ministro citou a importância da participação dos gestores nas ações de segurança alimentar e nutricional. “Estamos buscando cada vez mais parcerias, procurando cada vez mais sensibilizar os governos municipais, estaduais e a sociedade para juntos podermos erradicar a fome e a desnutrição do Brasil. Estamos conseguindo criar no Brasil um grande sistema de segurança alimentar e nutricional vinculado a esta rede nacional de proteção e promoção dos pobres”, concluiu o ministro.

*João Mendes e Adriana Scorza*

[Acesse aqui os detalhes de cada edital para os municípios e informações sobre cada programa](#)

[Acesse aqui a apresentação do MDS sobre as ações de segurança alimentar e nutricional](#)

Ouçã o boletim de rádio: [MDS anuncia recursos para Municípios na área de segurança alimentar](#)

**Salada do brasileiro é feita de agrotóxico** – O Globo – Capa – 16/04/2009

As frutas e as hortaliças consumidas no Brasil estão com uma quantidade alarmante de agrotóxicos, alertou ontem a Anvisa. Uma análise de 17 alimentos em 25 estados revelou que nenhum escapa dos pesticidas, alguns deles contaminados por agrotóxicos de uso proibido. O pior caso é o do pimentão, com 64% de contaminação. Depois vêm morango, uva e cenoura. O ministro da Saúde disse que parou de comer pimentão.

**Perigo à mesa do brasileiro** - Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 16/04/2009

Anvisa alerta que frutas e hortaliças têm índices alarmantes de agrotóxicos

**BRASÍLIA** Opimentão é o alimento com a maior contaminação por agrotóxicos no Brasil, de acordo com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) divulgado ontem pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O morango, a uva e a cenoura também apresentaram alto índice de irregularidades: mais de 30% das amostras desses alimentos tiveram problemas. No caso do pimentão, o índice chegou a 64,36%. A pesquisa revelou ainda que pesticidas proibidos continuam a ser aplicados e há casos de uso excessivo de agrotóxicos em algumas plantações.

A Anvisa analisou 1.773 amostras de 17 alimentos: alface, batata, morango, tomate, maçã, banana, mamão, cenoura, laranja, abacaxi, arroz, feijão, cebola, manga, pimentão, repolho e uva. Do total avaliado, 15% das amostras estavam insatisfatórias. O arroz e o feijão apresentaram baixos índices de contaminação: 3,68% e 2,92%, respectivamente.

De 101 amostras de pimentão analisadas em supermercados de 25 estados no ano passado, 65 apresentaram índice elevado de agrotóxicos.

Durante a apresentação dos dados, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que cortou o pimentão de sua dieta.

— Aumentar o consumo de frutas e verduras é importantíssimo para manter uma boa saúde. Mas queremos que esses produtos sejam seguros. O pimentão, eu já mandei tirar lá da minha casa — disse Temporão.

O ministro ressaltou que não pode recomendar que os consumidores deixem de comer tais alimentos, mas sugeriu que as pessoas prefiram sempre os produtos de época e recomendou que frutas e verduras sejam muito bem lavados.

Em 2008 o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, ultrapassando os EUA. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química, esse mercado movimentou mais de US\$ 6,9 bilhões em 2008.

Além do consumidor, o governo se disse preocupado com o produtor rural que manipula os pesticidas e pode não estar seguindo todas as recomendações de segurança.

Temporão sugeriu que outros ministérios, como o do Meio Ambiente e o da Agricultura, façam uma ação coordenada com o Ministério da Saúde para fiscalizar como os produtores usam os agrotóxicos. Entre as 17 frutas, verduras e legumes analisados, todos tinham presença de agrotóxicos não permitidos.

Alguns pesticidas proibidos em outros países, como o acefato, o endossulfam e o forato, continuam em uso no Brasil. Esses e outros dez agrotóxicos estão em revisão pela Anvisa. Muitos dos que estão sob nova avaliação são tidos como cancerígenos, causadores de problemas hormonais e, no caso de grávidas, potenciais geradores de deformações em fetos.

— Não queremos ser empecilho à atividade econômica, mas ela não pode ser predatória à saúde — afirmou José Agenor, diretor da Anvisa.

Os ingredientes ativos encontrados com mais frequência acima do nível permitido pela Anvisa são os mesmos que estão sendo reavaliados.

A agência identificou que houve um aumento da importação desses produtos. O metamidofós, por exemplo, foi banido da China, mas grande parte de seus estoques tem sido enviada para o Brasil. Em 2008, produtores brasileiros importaram US\$ 15,8 milhões em metamidofós.

Esse pesticida pode intoxicar o tecido nervoso humano.



Para o consumidor, o governo recomenda que ele opte por alimentos de origem identificada. Os orgânicos, que não usam produtos químicos, também são uma boa opção. O problema é que esses produtos costumam ser mais caros do que os produzidos da forma convencional.

#### **Como reduzir os riscos**

Especialistas explicam que agricultores usam diferentes tipos de agrotóxicos. Os produtos de uso externo, que são pulverizados, e aqueles que são aplicados na terra. O excesso do primeiro tipo de agrotóxico pode ser eliminado lavando-se bem os alimentos de maneira correta. Já o segundo dificilmente é retirado. Antes de serem lavados, os alimentos devem ser colocados na geladeira por duas horas, recomendam especialistas. Isso é necessário porque as frutas e as hortaliças, quando em contato com a água na mesma temperatura, absorvem as impurezas que estão na casca. Então, para evitar esse risco, elas precisam estar geladas na hora que forem lavadas.

Ainda em baixa temperatura, as frutas e as hortaliças devem ser colocadas numa solução de uma colher de sopa de água sanitária para cada litro de água. Ou, se preferir, numa solução de 50 mililitros de vinagre para cada litro de água. Os alimentos devem permanecer submersos por cerca de dez minutos. Ainda existe a opção de deixá-los de molho em água com pastilhas de cloro. Há quem recomende o uso de detergente neutro na lavagem dos produtos, mas, neste caso é preciso enxaguar bem. Caso contrário, o consumidor poderá ingerir resíduos de sabão

#### **Preços iniciam abril em baixa no campo em SP – Valor Econômico – Agronegócio – 16/04/2009**

O IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado -, caiu 0,91% na primeira quadrissemana de abril.

A queda foi determinada pelo comportamento das cotações no grupo de produtos de origem animal. Na média ponderada, o recuo do grupo foi de 2,95%, determinado por baixas nos mercados de carne de frango (6,54%), carne bovina (4,37%), leite C (1,16%) e leite B (0,83%). Houve altas para ovos (5,36%) e carne suína (1,54%).

Entre os vegetais, o recuo médio foi de 0,09%, mas não fosse a alta da cana (1,7%), carro-chefe do agronegócio paulista, teria havido baixa de 2,54% - e o IqPR consolidado teria caído 2,74%. A maior queda no grupo foi a da laranja para indústria (26,67%). O tomate, em contrapartida, subiu 85,52% e ajudou a aliviar a retração média observada no grupo.

#### **G-8 agrícola começa sem o primeiro escalão do Brasil – Valor Econômico – Internacional – 17/04/2009**

O Brasil entra prejudicado no embate entre países exportadores e protecionistas no primeiro cúpula agrícola do G-8, neste fim de semana, devido à ausência de seu ministro de Agricultura na reunião que discutirá estratégias para reforçar a produção e evitar futuras crises alimentares.

O G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo (mais a Rússia), convidou para a reunião agrícola deste fim de semana na Itália os ministros do G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México), além de Argentina, Austrália e Egito, para o que pode ser o início do redesenho de políticas agrícolas.

**Uma agenda ambiciosa**  
O que será o primeiro G-8 agrícola da história

- **O objetivo da reunião:**
  - Definir plano de ação para evitar uma nova crise alimentar global e começar a redesenhar a produção agrícola.
  - Discutir a situação de cerca de 1 bilhão de pessoas que sofrem com a fome.
  - Discutir os mercados globais de alimentos
- **Quem participa:**
  - Ministros da Agricultura do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Itália e Rússia); G-5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul); Argentina e Austrália (grandes exportadores); e Egito (representando a África e importadores líquidos de alimentos)
  - Representantes da União Europeia, União Africana, FAO, Grupo da ONU sobre Segurança Alimentar, Banco Mundial, Programa Alimentar Mundial, OCDE.
- **Temas para discussão:**
  - Reforço do papel da agricultura na recuperação econômica global e garantia da segurança alimentar
  - Como aumentar a produtividade agrícola para reduzir o fosso entre demanda e oferta de alimentos
  - Reforço da economia de áreas rurais, encorajamento de investimentos
  - Melhora de preços e transparência de etiquetagem nos mercados internacionais
  - Gestão coordenada de estoques internacionais, usando reservas de maiores produtores ou com intervenções nos mercados.
  - Luta contra especulação no setor agrícola
  - Combate às mudanças climáticas, melhor manejo de água e redução de desperdícios

Fontes: Negociadores, Reuters

Na reunião do G-8 com os emergentes, a expectativa é de definição de uma agenda que passa também por luta contra a especulação no setor agrícola, encorajamento aos investimentos nos países pobres e melhora na produtividade agrícola e na cadeia alimentar.

A enorme alta de preços de alimentos no fim de 2007 e começo de 2008 provocou protestos de rua em países como Egito, Indonésia, Filipinas, Bangladesh e Haiti. Segundo as Nações Unidas, apesar da queda no ano passado, a média do custo dos produtos agrícolas ainda está até duas vezes mais alta do que há quatro anos.

"Sabemos que, se os preços do petróleo começarem a subir de novo, quase certamente os preços dos alimentos vão subir junto. Aí, uma nova crise alimentar global ainda será uma realidade", diz David Navarro, coordenador de um Grupo da ONU sobre segurança alimentar.

Sobretudo a FAO alerta para o problema estrutural da agricultura. O aumento da população e do nível de vida em países em desenvolvimento pode conduzir à falta de alimentos e ameaçar a estabilidade mundial. Uma saída é dobrar a produção de alimentos até 2050, em meio a desafios envolvendo impacto sobre mudanças climáticas, por exemplo. Arábia Saudita e Coreia do Sul já buscam terras em outros países para garantir o abastecimento futuro.

O Brasil é um dos líderes mundiais na área agrícola, um dos celeiros do mundo. E uma das bandeiras do governo Lula é incluir o país em tomadas de decisões na governança global. Mas o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não participará do primeiro G-8 agrícola da história, que quer pavimentar o terreno de futuras políticas agrícolas.

A ausência do ministro da Agricultura limita o papel que o país poderia ter na negociação. Por melhor que sejam os técnicos que representarão o Brasil, a falta de uma personalidade política do setor dá um sinal negativo e exclui o país entre os pesos pesados que negociarão sobretudo informalmente.

Um negociador europeu nota que "sem ministro não dá para impulsionar uma agenda positiva do país" nesse tipo de reunião.

A assessoria de imprensa do ministro Stephanes informou que o ministério avaliou que "a pré-agenda não carecia da necessidade de participação efetiva do Ministério e foi sugerido ao Itamaraty que o embaixador José Marcondes (represente na FAO) represente o país".

De imediato, grupos agrícolas do G-8 defendem a criação de estoques globais de produtos agrícolas para melhorar a estabilidade da oferta e evitar choque de preços. O Brasil é reticente à ideia, desconfiando que teria de pagar parte da conta como um dos produtores mais competitivos.

O grupo da ONU sobre segurança alimentar, representado por Navarro, estima que o futuro da produção alimentar não pode se basear só na agricultura em grande escala e que é preciso intensificar pequena produção, cooperativa e outros métodos, indo mais na direção oposta da agricultura comercial brasileira.

Também a França e a Itália pressionam pela ideia de políticas agrícolas locais como uma maneira de promover o desenvolvimento da agricultura, e normalmente com subsídios. A China é dada por alguns analistas como exemplo de país que garante sua segurança

alimentar com gastos crescentes na área agrícola. A questão, porém, é como os chineses gastam esse dinheiro, notam outros especialistas, evitando dar uma carta de boa conduta a Pequim.

De seu lado, o Brasil nota que os produtos agrícolas ainda são uma parte muito pequena do comércio internacional. Só 6,5% do arroz é comercializado entre países, e 17% do trigo. Justamente a maior volatilidade de preços tem afetado esse tipo de produtos. Segundo a FAO, o preço do arroz em 2008 ainda era 80% maior do que em 2007. Como o comércio é pequeno, a entrada de novo produtor provoca instabilidade no mercado. Ou seja, o que falta é mais comércio.

Aparentemente, o país conseguiu retirar do texto da declaração da reunião a proposta de uma estratégia global de segurança alimentar que passaria pela redução do consumo de carnes em favor de uma "dieta mais balanceada" com produtos mais locais. Mas ninguém garante que o tema não volte neste fim de semana.

#### **Reunião do G-8 termina em mal-estar com os emergentes – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/04/2009**

Posição dos convidados, como o Brasil, foi ignorada, mas nem os ricos se entenderam

Os países ricos não se entendem nem sobre como lidar com a fome no mundo nem com a posição dos países emergentes. Ontem, a primeira reunião entre ministros da Agricultura da história do G-8 (países industrializados) com as economias emergentes, entre elas o Brasil, terminou em fiasco e mal-estar.

Depois de horas negociando uma nova estratégia para lidar com o setor agrícola no planeta, a declaração final do G-8 que será apresentada hoje exclui a posição dos emergentes. Mesmo assim, a estratégia não passa de uma lista de boas intenções, sem compromisso dos governos dos países ricos.

A posição de cada país emergente será apenas citada em um resumo feito pelos italianos, que organizam o evento em Treviso. Segundo diplomatas de países emergentes, o fiasco é uma demonstração da crise de identidade que vive o G-8 depois do surgimento do G-20 e do fortalecimento dos emergentes. Diante da recessão internacional, ficou claro que o novo bloco está ganhando força.

Mas os países ricos insistem em manter os encontros do G-8, apesar das acusações de que já está ultrapassado. Para tentar dar um sinal de abertura, a Itália, que preside o grupo, convidou os países emergentes para a reunião. Eles só não sabiam que suas posições

ficariam de fora do texto final.

Um negociador revelou ao Estado que o presidente da conferência, o ministro da Agricultura da Itália, Luca Zaia, nem sequer deu um motivo para a exclusão dos emergentes da declaração. O Brasil não escondeu sua irritação com o processo e o resultado do encontro.

Além dos países do G-8 e do Brasil, também foram convidados para o encontro - que prometeu diálogo real entre emergentes e ricos, a China, a Índia, o México, a Argentina, o Egito e a África do Sul. "Não sabem ainda o que fazer com nossas posições", disse um negociador sul-americano.

A declaração será anunciada hoje. Mas nenhum novo financiamento para investimentos na agricultura dos países pobres foi aprovado nem a criação de uma administração de um estoque mundial de alimentos, como pedia Itália e França. Até a referência à palavra "protecionismo" foi alvo de polêmica. O Brasil cobrou uma resposta coerente dos países ricos para lidar com a fome no mundo.

A ambiciosa meta do encontro era fechar uma estratégia para evitar a volatilidade dos preços das commodities, garantir estoques aos países mais pobres, reduzir barreiras e distorções e garantir meios para dobrar a produção mundial de alimentos até 2050. Mas europeus e americanos deram sinais de que não se entendem sobre o assunto, nem mesmo entre eles.

Todos concordam em um ponto: a crise alimentar, aliada à recessão, está gerando mais de 1 bilhão de famintos pelo planeta e ameaça desestabilizar o cenário político e de segurança internacional. Mas o que ninguém se entende é como lidar com isso. Italianos e franceses tentaram convencer os demais a criar um estoque mundial de alimentos, como forma de combater os ataques especulativos no setor, que teriam elevado os preços em 2007 e 2008.

Para Michel Barnier, ministro de Agricultura da França, um sistema internacional para administrar as reservas de alimentos deveria ser criado. Mas o governo americano tentou frear a ideia. O resultado deve ser uma referência apenas vaga no texto, pedindo que a ideia de um estoque mundial fosse estudada com mais cuidado. Washington, contrário à administração de qualquer setor agrícola, alertou que o sistema não funcionaria.

Outro problema é a falta de recursos para a compra de alimentos para enviar aos países mais pobres. Ativistas apontam que apenas uma fração dos US\$ 22 bilhões de doações prometidos na Cúpula contra a Fome, realizada em 2008, foi concretizada. A FAO alertou que o que necessitaria para atacar a fome seria menos de 1% do que os bancos ganharam durante a crise.

O Brasil ontem cobrou os países ricos para que não reduzem seu financiamento ao

desenvolvimento nem o envio de alimentos aos países mais pobres. Para a FAO, a produção de alimentos terá de dobrar até 2050.

**Para G8, meta de redução da fome está longe** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/04/2009

#### DA REDAÇÃO

O G8, grupo dos oito países mais ricos, afirmará em comunicado hoje que o mundo está muito longe de cumprir a meta da ONU de redução do número de pessoas que sofrem com a fome até 2015. Nos bastidores, representantes do G8 dizem que esse compromisso é inalcançável e, para a ONU, isso é inaceitável. Em vez de diminuição, pela primeira vez, rompeu-se a marca de 1 bilhão de famintos do planeta, 15% da população atual. Em 2008, a alta dos preços dos alimentos gerou manifestações e saques a armazéns e supermercados em 30 países.

**Reunião do G-8 alerta o Brasil sobre pressão em etanol e carne** – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 22/04/2009

A primeira cúpula agrícola do G-8, realizado na Itália, deixou vários alertas para o Brasil sobre pressões que virão nas negociações para prevenir crises alimentares, vistas como crescente ameaça à segurança internacional.

O primeiro alvo agora poderá ser a expansão das exportações brasileiras de carne bovina. Embora o tema não tenha aparecido no comunicado final do encontro, países do G-8 insistem numa estratégia que levaria a uma redução do consumo de carne em favor de produção local e uma dieta "mais equilibrada"

Um dos argumentos utilizados pelo países ricos é que são necessários oito quilos de cereais para a produção de um quilo de bife bovino, e cinco de cereais para um quilo de carne suína, o que reduziria a quantidade de grãos disponíveis para alimentar populações. Outros vão desde a queixa de que cada caloria consumida necessita de até sete apenas para transportar o alimento, até reclamações contra as emissões de metano pelos bovinos.

"Quanto mais as populações dos países emergentes melhorarem de renda, mais haverá consumo de carne. Eu não vejo nada contra, mas há quem levante questões",

afirmou o presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, Kanayo Nwanze.

Para o ministro de Agricultura da Argentina, Carlos Cheppi, o que está por trás disso, porém, é o interesse de certos países em importar mais cereais para engordar suas próprias vacas com subsídios e embolsar o valor agregado.

O segundo alvo, principalmente de países europeus, volta a ser a produção de etanol, colocada em confronto com produção de alimentos. O ministro de Agricultura do Reino Unido, Hilary Benn, disse ao Valor que persiste dentro da Europa dúvidas sobre a redução de emissões de gases que causam o efeito-estufa com o uso do etanol, e sobre a mudança no uso da terra.

"O Brasil precisará dar garantias muito claras sobre o uso indireto da terra na produção do etanol", avisou. A Comissão Europeia apresentará um relatório em 2010 analisando se o problema é importante e como lidar com ele. Mas deputados europeus insistem que a produção de etanol no Nordeste brasileiro, por exemplo, torna escassa a terra para a produção de alimentos e leva agricultores a desmatar a Amazônia. Dessa forma, o cálculo da eficiência ambiental do etanol importado do Brasil teria que incluir o volume de emissões de gases-estufa no desmatamento da Amazônia, mesmo se não foi para produzir biocombustível.

Certos negociadores brasileiros parecem confiar nos EUA para frear dentro do G-8 ameaças sobre a carne bovina e o etanol em estratégias globais contra a crise alimentar. Mas a terceira lição do encontro na Itália é precisamente que o Brasil precisa levar a sério sua própria estratégia de querer influenciar na governança global e estar presente.

Segundo uma fonte europeia, quando os ministros do G-8 viram o segundo escalão enviado por alguns países emergentes, incluindo o Brasil, anularam um segundo encontro e um comunicado conjunto sobre agricultura e a recessão global. Segundo uma fonte do G-8, os ministros não queriam discutir com "tecnocratas".

Para quem acompanhou de longe o G-8 e esperava em dois dias uma solução para a crise alimentar, pode parecer que o encontro foi um fiasco. Na verdade, ele começou a recolocar a agricultura no centro da agenda política internacional, com os alertas que ficaram para o Brasil.

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome investe R\$ 1,5 milhão em projetos de educação alimentar** – Site Eletrônico do MDS – 23/04/2009

Fome (MDS) selecionará projetos de educação alimentar e nutricional a serem desenvolvidos em equipamentos públicos conveniados, contratados ou co-financiados pela Pasta, tais como Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A meta é firmar 10 convênios com Municípios das regiões metropolitanas, do Semiárido e dos Territórios da Cidadania com investimento total de R\$ 1,5 milhão. Cada projeto poderá receber o máximo de R\$ 150 mil provenientes do Ministério. Os Municípios interessados têm até o dia **13 de maio** para enviar os projetos, conforme os critérios estabelecidos no Edital MDS/SESAN nº 02/2009, que está disponibilizado no site do MDS: [www.mds.gov.br/editais](http://www.mds.gov.br/editais).

O Programa de Educação Alimentar e Nutricional desenvolve ações que incentivam a prática de uma alimentação adequada e saudável, de modo a estimular a autonomia do indivíduo e a mobilização social. Também espera auxiliar na prevenção de doenças relacionadas ao consumo alimentar inadequado como a desnutrição, a obesidade e a anemia, entre outros.

Quase 10 mil pessoas já foram beneficiadas pelas ações de Educação Alimentar e Nutricional em 15 Estados, além de outros 1,5 mil beneficiários atendidos pela articulação com os equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias).

Os critérios de seleção e pontuação desse edital levarão em consideração a caracterização da situação de segurança alimentar e nutricional no Município, objetivos claros e possíveis de alcançar, além da adequação e detalhamento da metodologia.

Os gestores interessados em concorrer à seleção pública poderão participar de uma mesa técnica que será realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS - por videoconferência - nesta sexta-feira (24/4) entre às 9h e 10h30 (horário de Brasília). O objetivo é sanar as dúvidas sobre o credenciamento e posterior cadastramento de propostas no Sistema de Convênios (SICONV).

A transmissão do evento em tempo real poderá ser acompanhada pela internet. Para isso, basta acessar o site: [www.saude.gov.br/emtemporeal](http://www.saude.gov.br/emtemporeal) usando o navegador Internet Explorer. Dúvidas e perguntas prévias poderão ser encaminhadas para o correio eletrônico: [educacaoalimentar@mds.gov.br](mailto:educacaoalimentar@mds.gov.br) até as 18h desta quinta-feira (23), ou pelo telefone: (61) 9321-0248 durante toda a transmissão do evento.



**FMI: fome atingirá mais de 1 bilhão de pessoas** - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 25/04/2009

Crise econômica global afeta metas do milênio e empurrará até 90 milhões para a pobreza absoluta este ano

**Correspondente**

WASHINGTON. A maneira como a crise econômica vem empurrando para a recessão ou reduzindo o crescimento de países pobres e emergentes fará com que mais da metade das nações em desenvolvimento sofra com o aumento no número de pessoas vivendo na pobreza extrema (com até US\$ 1,25 por dia) em 2009, segundo o Relatório de Monitoramento Global do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird). E o pior: a quantidade de pessoas sofrendo cronicamente de fome no mundo vai ultrapassar pela primeira vez um bilhão — 15% da população mundial, o equivalente à população da Índia.

Segundo o economista-chefe do FMI, Justin Yifu Lin, no mundo inteiro calcula-se que entre 55 milhões e 90 milhões de pessoas devem entrar no grupo de miseráveis, que vivem em pobreza absoluta por causa da recessão mundial em 2009.

— A crise se mostra mais severa no longo prazo do que no curto prazo — disse Lin. — Porque quando as famílias pobres tiram seus filhos do colégio, há um risco significativo de que eles não voltem a estudar com a crise terminada. E o declínio no padrão de nutrição e de saúde entre as crianças mal alimentadas é um mal irreversível, retardando seu crescimento e o desenvolvimento intelectual.

**Número de famintos crônicos vem aumentando** O combate à fome era uma das metas do milênio com grandes chances de serem atingidas em 2015. Mas essa meta, diz o diretor-gerente adjunto do FMI, Johk Lipsky, sofrerá um sério revés por causa da crise, não apenas devido à retração das economias dos países em desenvolvimento, mas também porque, apesar do recuo nos preços dos alimentos e do petróleo no mercado internacional, esses valores continuam excepcionalmente altos em comparação a médias históricas.

O número de pessoas cronicamente famintas vem aumentando de 850 milhões, em 2007, para 960 milhões, em 2008, e mais de um bilhão este ano, diz o relatório. Mas na comparação da população faminta com o total da população mundial, hoje em 6,6 bilhões, este percentual vinha caindo.

Estudos mostram que os colapsos econômicos são extremamente prejudiciais para os avanços nos indicadores de desenvolvimento humano, já que a deterioração dos padrões de vida ocorrem mais rapidamente do que a recuperação em períodos de crescimento econômico.

Por causa disso, diz Lin, a miséria no mundo aumentará drasticamente este ano.

No caso dos países pobres, a situação é pior do que na média dos países em desenvolvimento: 66% dos países pobres verão a miséria crescer. Mas o pior cenário será o da África subsaariana, onde 75% dos países verão a pobreza aumentar. Na América Latina, 40,3 milhões de pessoas estarão vivendo abaixo da linha da pobreza em 2009, ou seja, um aumento de 2,7 milhões de pessoas em relação aos números de 2008 (37,6 milhões).

Segundo o Banco Mundial, o Brasil, em 2007, tinha 5,25% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de US\$ 1,25 por dia.

Para Justin Lin, a prioridade dos países em desenvolvimento, agora, deve ser ampliar os colchões de amparo social e os investimentos que gerem empregos de forma intensiva, como em infraestrutura.

— Milhões de pessoas vão perder seus empregos em 2009, e recursos urgentes devem ser dirigidos para redes de segurança social — disse Lin.

### **MDS libera mais R\$ 14,8 milhões para Estados investirem em segurança alimentar –** Sítio Eletrônico do MDS – 28/04/2009

Mais recursos para investimentos na segurança alimentar e nutricional em todo o País. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou na última sexta-feira (24/4), no Diário Oficial da União, mais quatro editais de seleção pública destinando R\$ 14, 8 milhões para os Estados investirem em programas que beneficiam agricultores familiares e consumidores da cidade e do campo, em especial famílias pobres beneficiárias das políticas de desenvolvimento social. Os recursos são para os programas:

- 1 - Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): R\$ 4 milhões
- 2 - Povos e Comunidades Tradicionais: R\$ 3,6 milhões
- 3 - Agricultura Urbana e Perirurbanas em Regiões Metropolitanas: 4 milhões
- 4 - Educação Alimentar e Nutricional: R\$ 3,2 milhões

Os governos devem observar os critérios exigidos para cada edital. O MDS adota critérios de pontuação que levam em conta a caracterização da realidade socioterritorial e situação de insegurança alimentar das famílias; a capacidade de gestão e integração das políticas de desenvolvimento social e combate à fome e, finalmente, a qualificação da proposta. A contrapartida dos governos varia de 2% a 40%.

Os editais estão também disponíveis no site do Ministério, endereço eletrônico [www.mds.gov.br/editais/san2009](http://www.mds.gov.br/editais/san2009) e os interessados devem ficar atentos ao prazo de inscrição e as outras etapas do processo de seleção das propostas.

Neste ano, por meio de editais públicos ou convênios, o MDS investirá R\$ 703.964.942,00 em projetos de segurança alimentar e nutricional. Os recursos serão repassados pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

#### **Resumos dos editais**

**1) Educação alimentar:** Serão selecionados projetos de educação alimentar e nutricional.  
**Recursos:** financiamento de projeto de até R\$ 400 mil.

**Prazo de inscrição:** 24/4 a 05/05 de 2009  
**Divulgação do resultado final:** 16/07/09

**2) Agricultura urbana:** Os projetos devem ter como diretriz a agroecologia e a economia solidária e constar das seguintes metas: fomento a empreendimentos produtivos (lavouras e hortas comunitárias, criação de pequenos animais, feiras etc), formação dos agricultores, assistência técnica aos agricultores, fomento produtivo, monitoramento e avaliação, atendimento 1.000 famílias em regiões metropolitanas.

**Recursos:** financiamento de projeto de até R\$ 1 milhão

**Prazo de inscrição:** 24/4 a 05/06 de 2009  
**Divulgação do resultado final:** 24/07/09

**3) Programa Aquisição de Alimentos para Agricultura Familiar:** Serão selecionadas propostas de implantação de projetos de Compra Direta Local da Agricultura Familiar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) somente para Estados das regiões Norte e Nordeste que aderiram ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

**Recursos:** R\$ 4 milhões.

**Prazo de inscrição:** 24/4 a 22/5 de 2009  
**Divulgação do resultado final:** 08/06/09

**4) Povos e comunidades tradicionais:** Serão selecionados projetos de segurança alimentar e nutricional para famílias de povos e comunidades tradicionais com o objetivo de produção sustentável de alimentos para o autoconsumo

**Recursos:** financiamento de projeto de até R\$ 1,2 milhão

**Prazo de inscrição:** 24/04 a 22/05 de maio  
**Divulgação do resultado final:** 10/08/09

**Embrapa contribuirá para que o Brasil seja o maior produtor de alimentos do mundo**  
– Sítio Eletrônico do MMA – 30/04/2009

**Brasília (30.4.2009)** - Na cerimônia em comemoração ao 36º aniversário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na noite dessa quarta-feira (29), o presidente em exercício da estatal, José Geraldo Eugênio de França, afirmou que os investimentos em pesquisa agropecuária darão importante contribuição para que o Brasil se torne o maior produtor de alimentos do mundo.

França citou algumas pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e por outras instituições de pesquisa do País que comprovam o potencial brasileiro para alcançar essa posição de liderança. “Exemplos como as tecnologias desenvolvidas de melhoramento genético de plantas mostram que o Brasil pode se tornar principal produtor de alimentos do mundo”, disse. O presidente em exercício mencionou os pesquisadores Antônio Alves Pereira, da Empresa Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e Francisco Freire

Filho, da Embrapa Meio-Norte, como símbolo destes avanços em ciência e tecnologia para o setor.

Os pesquisadores foram homenageados com Prêmio Frederico de Menezes Veiga, concedido anualmente aos que se destacam pela realização de obra científica ou tecnológica ou que deram marcante contribuição para tornar viáveis soluções para pesquisas desenvolvimento e inovação da agropecuária.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, foi homenageado com prêmio bem como, o vice-presidente para Agronegócio do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes. “Vocês devem se orgulhar do que fazem e de fazer parte de uma instituição extraordinária que constrói a tecnologia e os avanços que tanto precisamos. O governo e a sociedade devem esse agradecimento a vocês”, ressaltou Stephanes se referindo aos pesquisadores e funcionários da Embrapa e das instituições de pesquisa agropecuária espalhadas pelo País. *(Da Redação)*

Mais informações sobre o aniversário da Embrapa no site [www.embrapa.gov.br](http://www.embrapa.gov.br).

#### **Países discutem ética na compra de terras – Javier Blas – Valor Econômico – Internacional – 30/04/2009**

Os investidores estrangeiros em terras agrícolas no exterior "não deveriam ter direito a exportar" durante uma crise alimentar no país anfitrião, é o que deverá propor hoje um instituto de pesquisas e planejamento com apoio de governos de todo o mundo, sendo esse o primeiro código de conduta tendo por alvo a tendência da denominada "conquista de terras".

Para o Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Alimentar (Ifpri, na sigla em inglês), embora "aquisições de terras possam injetar investimentos extremamente necessários na agricultura", geram preocupações devido a seu impacto sobre populações locais, que correm o risco de perder acesso a "terras das quais dependem".

A entidade defende "transparência" durante as negociações de acordos; "respeito pelos direitos fundiários existentes, inclusive direitos consuetudinários"; "compartilhamento de benefícios" resultantes de acordos; arrendamento, em vez de compras de terras agrícolas, e "sustentabilidade ambiental".

O código de conduta proposto surge num momento em que países alimentariamente deficitários - os que consomem mais alimentos do que produzem, como a Coreia do Sul e a Arábia Saudita - deflagraram, nos últimos meses, enormes programas de investimento para

controlar terras cultiváveis no exterior e exportar de volta para casa colheitas para alimentar suas próprias populações.

O Banco Mundial pretende publicar já no próximo mês normas para assegurar que acordos agrícolas beneficiem tanto os investidores como os países anfitriões.

Joachim von Braun, diretor do Ifpri, disse em entrevista ao "Financial Times" que os atuais investimentos em terras agrícolas, inclusive aqueles aguardando que seja firmado um acordo, poderão envolver de 15 a 20 milhões de hectares - mais que o dobro da área de terras cultiváveis na Alemanha.

"A tendência no sentido de controlar terras é forte e continua sigilosa", disse ele. "A comunidade internacional necessita um código de conduta para regulamentar os investimentos."

A tendência de "corrida às terras" alarmou alguns diplomatas e autoridades responsáveis pela área alimentícia, especialmente porque alguns países pretendem exportar suas colheitas de países que sofrem escassez alimentar - como a Etiópia - independente da situação alimentar no país hospedeiro. Quando os Emirados Árabes Unidos negociaram, no ano passado, acordos agrícolas com o Paquistão, Abu Dhabi pediu uma garantia absoluta de poder exportar a colheita inteira. Islamabad recusou-se a conceder tal carta branca e os acordos fracassaram.

"Mas, se a aquisição de terras em larga escala resultar em expropriação de terras ou uso insustentável, os investimentos estrangeiros em terras agrícolas poderão tornar-se politicamente inaceitáveis", diz a entidade. "É, portanto, de interesse de longo prazo dos investidores, do governo anfitrião e das populações locais envolvidas assegurar que esses acordos sejam negociados adequadamente, que as práticas sejam sustentáveis e que os benefícios sejam compartilhados".

A onda de investimentos estrangeiros na agricultura sinaliza como os países estão tentando aumentar a segurança alimentar depois da brusca alta, no ano passado, nos preços das commodities agrícolas, e as barreiras comerciais os levaram a crer que não poderiam confiar no mercado mundial de alimentos.

Jacques Diouf, principal diplomata agrícola da ONU, advertiu para os sinais de "neocolonialismo" em acordos envolvendo terras no exterior, apesar de ser um vigoroso defensor do investimento estrangeiro na agricultura, especialmente na África. "Estamos fazendo mau uso de uma boa ideia", disse Diouf ao Financial Times em intervalo entre reuniões ministeriais do G-8, sobre agricultura, na semana passada.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

